



# Protegendo o coração do nosso planeta

Roteiro dos  
parlamentares para  
uma Amazônia livre de  
combustíveis fósseis



PARLIAMENTARIANS FOR  
A FOSSIL-FREE FUTURE

# Protegendo o coração do nosso planeta

## Roteiro dos parlamentares para uma Amazônia livre de combustíveis fósseis

Relatório

Protegendo o coração do nosso planeta:  
roteiro dos parlamentares para uma  
Amazônia livre de combustíveis fósseis

Direção gráfica e design:

Parlamentares por um Futuro Livre de Combustíveis Fósseis

Esta publicação é de distribuição gratuita.  
É proibida a sua venda.

Feito na Colômbia

[info@parlfossilfree.org](mailto:info@parlfossilfree.org)  
[www.fossilfuelfreefuture.org](http://www.fossilfuelfreefuture.org)

Outubro 2025



**PARLIAMENTARIANS FOR  
A FOSSIL-FREE FUTURE**

# ÍNDICE

## Resumo executivo

|  |           |
|--|-----------|
| <b>PREFÁCIO</b>  | <b>5</b>  |
| <b>A REDE PARLAMENTAR</b>  | <b>6</b>  |
| <b>A PESQUISA SOBRE A AMAZÔNIA</b><br>Membros do comitê<br>Audiências públicas   | <b>7</b>  |
| <b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>   | <b>8</b>  |
| <b>ROTEIRO DOS PARLAMENTARES PARA UMA AMAZÔNIA LIVRE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS</b> | <b>10</b> |

## 01

|   |           |
|---|-----------|
| <b>NOSSAS CONCLUSÕES</b>                                  | <b>12</b> |
| 1.1 Impactos da exploração de hidrocarbonetos na Amazônia | 12        |
| 1.2 Expansão da indústria de petróleo e gás na Amazônia   | 16        |
| 1.3 Financiamento do petróleo e do gás na Amazônia        | 19        |
| 1.4 Armadilha da dívida e dinâmicas da demanda financeira | 21        |
| 1.5 Quem compra o petróleo amazônico?                     | 23        |
| 1.6 Impacto do financiamento                              | 23        |
| 1.7 Alguns sinais positivos                               | 25        |

# 02

## **ROTEIRO DOS PARLAMENTARES PARA UMA AMAZÔNIA LIVRE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS** 26

|   |    |
|---|----|
| 2.1 Além do modelo extrativista   | 26 |
| 2.2 Os modos de vida indígenas como pedra angular da proteção                         | 27 |
| 2.3 Construir uma sócio-bioeconomia próspera  | 27 |
| 2.4 Cooperação internacional e marcos jurídicos                                       | 27 |
| 2.5 Mecanismos financeiros para deixar os combustíveis fósseis no subsolo             | 28 |
| 2.6 A introdução gradual das energias renováveis, uma mudança de paradigma            | 28 |
| 2.7 Colômbia: diante de uma oportunidade histórica para se tornar líder e o climático | 28 |
| 2.9 Conclusão   | 29 |
| 2.10 Recomendações da Investigação Parlamentar Global                                 | 29 |

## **DECLARAÇÃO PARLAMENTAR SOBRE A SUSPENSÃO DA EXPANSÃO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA AMAZÔNIA** 31

|   |    |
|---|----|
| 0 Preâmbulo                                       | 32 |
| 1 Deter a expansão da indústria                   | 32 |
| 2 Fortalecer a supervisão e a prestação de contas | 32 |
| 3 Viabilizar uma saída planejada e justa          | 33 |
| 4 Fortalecer a cooperação internacional           | 33 |

# PROLOGO

Os presidentes dos países amazônicos diante de uma oportunidade histórica: declarar a Amazônia como uma zona livre da expansão dos combustíveis fósseis e, assim, alcançar uma dupla vitória climática, salvaguardando um bioma essencial para a estabilidade planetária e detendo as principais fontes de emissões de CO2.

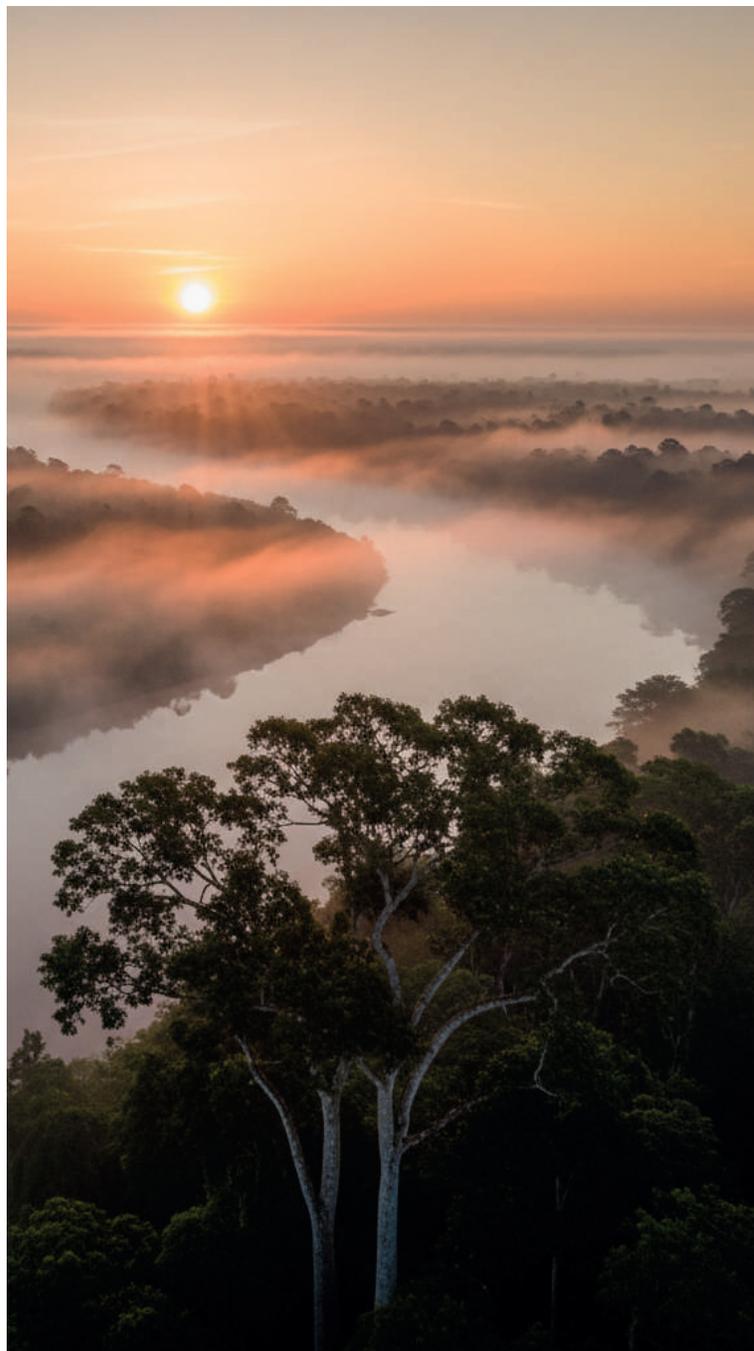
A pesquisa que realizamos durante um ano sobre a exploração de petróleo e gás na Amazônia demonstra que esse modelo extrativista fracassou. Ele devastou ecossistemas, corroe culturas indígenas e levou a floresta a um ponto quase irreversível, que, se ultrapassado, não permitirá mais regular o clima do planeta. O dano já causado é profundo, mas ainda há tempo para agir com determinação.

Os povos indígenas, que mantiveram a floresta em pé durante séculos, chamam a Amazônia de “coração do mundo”. Seus conhecimentos e tradições protegem esse órgão vital da Terra e hoje pedem à comunidade internacional que honre essa responsabilidade. Ouvir esses povos significa pôr fim às práticas extrativistas que ameaçam a Amazônia e promover alternativas justas e sustentáveis que a protejam.

Este relatório apresenta tanto as evidências dos danos causados quanto os caminhos para avançar. Apelamos aos governos e à comunidade internacional para que elaborem e implementem políticas e leis que contribuam para deter a expansão dos combustíveis fósseis no bioma, reforcem a governança indígena e invistam em uma transição energética justa e equitativa. A Amazônia pertence ao planeta: protegê-la é nosso dever comum e a medida mais urgente que podemos tomar para garantir o futuro de todos neste do planeta.



Parlamentares por um Futuro Livre de Combustíveis Fósseis



# A REDE PARLAMENTAR

Parlamentares por um Futuro Livre de Combustíveis Fósseis é uma rede de mais de 900 parlamentares de 96 países que defendem uma eliminação rápida, justa e financiada dos combustíveis fósseis, em consonância com o limite de 1,5°C. Para apoiar esse objetivo, a Rede realizou uma pesquisa global sobre o avanço da transição progressiva dos combustíveis fósseis e realizou pesquisas nacionais em países como Colômbia, México e Tanzânia.



# A PESQUISA SOBRE A AMAZÔNIA

Reconhecendo o papel fundamental do bioma amazônico na estabilidade climática e na conservação da biodiversidade, um comitê de 12 parlamentares iniciou, em 2024, uma pesquisa sobre a exploração de petróleo e gás na Pan-Amazônia e sobre o avanço da introdução de sistemas de energia renovável nessa região. A investigação examinou se as vias de transição energética estão avançando de maneira justa e sustentável para as populações locais.

O comitê convocou audiências públicas entre a COP16 e a COP30 e recorreu a contribuições de especialistas, povos indígenas, cientistas e representantes de governos. Este relatório, que será apresentado no Congresso Nacional do Brasil em outubro de 2025, integra essas contribuições com pesquisas de fontes secundárias.

## Membros do comitê

**Brasil:** Célia Xakriabá, Iván Valente, Livia Duarte

**Bolívia:** Cecilia Requena

**Colômbia:** Juan Carlos Lozada, Andrés Cancimance

**Perú:** Ruth Luque, Sigrid Bazán

**Ecuador:** Rosa Cecilia Baltazar, Jahiren Noriega

**Canadá:** Rosa Gálvez

**Venezuela:** Lois Maldonado

## Audiências públicas

- Cali, Colômbia (outubro de 2024, COP16). Foram avaliados os impactos territoriais do petróleo e do gás, os planos de expansão e as barreiras institucionais para deter os combustíveis fósseis.
- Lima, Peru (março de 2025). Foram examinados os fluxos e as dinâmicas financeiras que permitem as operações de petróleo e gás na Amazônia.
- Bogotá, Colômbia (agosto de 2025, antes da Cúpula dos Presidentes da OTCA). Foram revisadas alternativas para o desenvolvimento sustentável, financiamento, cooperação e energias renováveis com o objetivo de promover uma Amazônia livre de combustíveis fósseis.

Líderes indígenas da Colômbia, Peru, Equador, Brasil e Bolívia prestaram depoimentos. Cientistas, organizações da sociedade civil e representantes governamentais também contribuíram (Atas 1, 2 e 3).

# PRINCIPAIS CONCLUSÕES

---

## Proteger a Amazônia

A proteção da Amazônia requer uma mudança decisiva, afastando-se dos modelos extrativistas e avançando em direção a vias de desenvolvimento que respeitem a conectividade ecológica, fortaleçam a governança indígena e invistam em uma socio-bioeconomia próspera. O avanço em direção a transições energéticas justas, mecanismos financeiros inovadores e energias renováveis descentralizadas permitirá que os países amazônicos protejam o bioma e, ao mesmo tempo, garantam a prosperidade, a equidade e a resiliência de seus povos.

---

## Exploração de petróleo e gás na Amazônia

- Durante as últimas cinco décadas, a exploração de hidrocarbonetos trouxe um padrão sistemático de violação dos direitos humanos, tanto dos povos indígenas como das comunidades locais e afrodescendentes, precisamente os povos que melhor conservaram o bioma e que deveriam estar mais protegidos.
- Apesar das obrigações internacionais e das resoluções de órgãos jurisdicionais internacionais e regionais, os Estados têm descumprido sistematicamente suas obrigações de prevenção, proteção, reparação e não repetição. Neste contexto, não se pode justificar uma maior expansão das atividades petrolíferas e gasíferas.
- De todos os blocos petrolíferos existentes na Amazônia, 68% ainda estão disponíveis. Se forem concedidos, isso mais do que duplicaria as áreas de produção atuais, estendendo a extração a regiões florestais profundas e megadiversas. Os governos ainda têm a oportunidade de deter essa expansão e evitar mais danos às comunidades, à biodiversidade e ao clima.
- O desmatamento, a degradação impulsionada por atividades extrativistas, como os hidrocarbonetos, e o aquecimento global estão levando a Amazônia a um ponto sem volta. Ultrapassar esse limite significaria que a Amazônia deixaria de absorver 1,5 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano para emitir 300 milhões de toneladas em algumas décadas, o que tornaria o Acordo de Paris inatingível.
- A exploração de petróleo e gás, integrada em um marco jurídico global que privilegia os direitos das empresas e dos investidores sobre os direitos dos povos amazônicos e ambientais, leva o bioma ao colapso. Transformar esse modelo é essencial para evitar o ponto de não retorno.
- Apenas dez bancos são responsáveis por 63% do financiamento do petróleo na Amazônia, menos de 4% de todos os bancos que participaram nos últimos 20 anos. Dois terços do financiamento total vêm da América do Norte e da Europa. Os bancos costumam maquiar suas práticas com uma lavagem de imagem ecológica, usando estruturas financeiras para contornar a devida diligência enquanto continuam financiando atividades destrutivas.

Um círculo vicioso liga o endividamento dos países amazônicos ao aumento da exploração de petróleo e gás. O peso da dívida, combinado com as pressões climáticas, está prendendo os governos em espirais extrativistas que degradam ainda mais o bioma.

Cerca de 5.000 derramamentos petrolíferos nos últimos 15 anos geraram passivos ambientais cujos custos superam em muito os benefícios da extração.

Precedente positivo: em 2023, o HSBC excluiu 100% da Amazônia de suas políticas de financiamento. Em um ano, nenhuma transação relacionada ao petróleo amazônico foi registrada, o que demonstra que é possível tomar medidas decisivas e que elas têm um grande impacto.



Crédito: Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco



Crédito: Amazon Watch



Crédito: Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco



Crédito: Amazon Watch

# ROTEIRO DOS PARLAMENTARES PARA UMA AMAZÔNIA LIVRE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

---

Proteger e garantir a conectividade da Amazônia deve ser a base de qualquer modelo de desenvolvimento. Ao contrário das políticas extrativistas das últimas décadas, as novas abordagens devem garantir um desenvolvimento sustentável baseado na integridade ecológica, nos conhecimentos indígenas e das comunidades locais, e no reconhecimento dos limites do ecossistema em relação aos limites planetários.

---

Fortalecer a governança indígena: mais de 500 povos indígenas mantiveram a floresta em pé. Para garantir a proteção da Amazônia, seus sistemas de governança, autonomia, tradições culturais e economias devem ser fortalecidos por meio de investimento direto, desenvolvimento de capacidades e reconhecimento de seus direitos.

Construir uma sócio-bioeconomia próspera: apesar do apoio estatal limitado, as comunidades amazônicas demonstraram que os modelos sócio-bioeconômicos podem proporcionar proteção ecológica, vitalidade cultural e crescimento econômico. Com o apoio de políticas públicas, esse setor poderia se multiplicar dez vezes até 2035.

Cooperação internacional: é necessária uma ação e coordenação global para deter a expansão dos combustíveis fósseis na Amazônia. Iniciativas como o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis poderiam ajudar a estabelecer a Amazônia como a primeira zona do mundo livre da expansão dos combustíveis fósseis e da mineração, em reconhecimento ao seu valor ecológico planetário.

Soluções financeiras inovadoras: incentivos financeiros são fundamentais para manter os combustíveis fósseis no subsolo. Mecanismos como os LIDs<sup>1</sup> (acordos de incentivos financeiros) poderiam, ao mesmo tempo, frear a extração, financiar energias renováveis e criar fontes alternativas de receita pública, alinhando as economias amazônicas com o Acordo de Paris.

Acesso a energias renováveis: as energias renováveis devem chegar a todos os habitantes da Amazônia por meio de sistemas descentralizados que evitem danos ao bioma. Projetos de pequena escala de energia solar, hidrocíntrica e biomassa oferecem alternativas aos sistemas hidrelétricos de grande escala, que causaram danos sociais e ambientais significativos à floresta.

Colômbia como líder regional: ao retirar permanentemente os blocos petrolíferos ainda disponíveis na Amazônia colombiana e liderar uma transição justa no departamento de Putumayo, a Colômbia pode abordar simultaneamente os riscos ambientais, fiscais e econômicos, posicionando-se como líder mundial na proteção da Amazônia e na transição



Proteger a Amazônia não consiste apenas em deter a expansão dos combustíveis fósseis, mas requer a remodelação das economias e dos modelos de governança, com foco na liderança indígena e das comunidades locais, nos limites ecológicos e em caminhos inovadores para a prosperidade sustentável. Como parlamentares, afirmamos que o futuro da Amazônia é inseparável do futuro do planeta e nos comprometemos a promover uma Amazônia livre de combustíveis fósseis como pedra angular para a justiça climática.



# 01

## NOSSAS CONCLUSÕES

### 1.1 Impactos da exploração de hidrocarbonetos na Amazônia

A Investigação Parlamentar Global sobre o Progresso da Eliminação Gradual dos Combustíveis Fósseis na Amazônia recebeu depoimentos de líderes indígenas, organizações da sociedade civil, cientistas e comunidades afetadas dos nove países amazônicos. Foram analisadas evidências documentadas dos impactos ambientais, sociais e sobre os direitos humanos ao longo de cinco décadas de extração de petróleo e gás.

Embora as realidades específicas difiram entre países e regiões, a pesquisa encontra padrões claros e consistentes de impactos. Esses padrões revelam que a exploração de hidrocarbonetos na Amazônia não só produziu uma destruição localizada, mas também consequências de grande alcance para a estabilidade climática do planeta.

As conclusões a seguir estão organizadas em duas subseções: i) Impactos diretos nos territórios e ii) Impactos da queima de combustíveis fósseis. Cada subseção é seguida por conclusões-chave que resumem as principais determinações da pesquisa.

#### 1.1.1 Impactos diretos nos territórios

A Investigação Parlamentar Global conclui que, embora as realidades territoriais variem entre os países amazônicos e dentro deles, a exploração de petróleo e gás tem produzido sistematicamente graves consequências sociais, culturais e ecológicas.

##### **Impactos nos ecossistemas e no meio ambiente.**

Desde o início da exploração de hidrocarbonetos na Amazônia, as provas apresentadas à Investigação confirmam o seguinte:

- Desmatamento e fragmentação de ecossistemas frágeis fundamentais para a biodiversidade.
- Poluição atmosférica pela queima de gás durante as operações de extração.
- Contaminação da água e do solo por derramamentos de petróleo, vazamentos e má gestão de resíduos tóxicos.

Esses impactos desestabilizam os ecossistemas, afetam a biodiversidade, alteram as cadeias alimentares e prejudicam os sistemas hídricos essenciais para a subsistência e a sobrevivência cultural dos povos indígenas e das comunidades locais. Como atestam Olivia Bisa (chapura, Amazônia peruana) e Juan Carlos Ruiz (sapara, Amazônia equatoriana), as consequências ameaçam diretamente a segurança alimentar e a saúde.



Crédito foto: Amazon Watch

Entre 2011 e 2021, as medidas disciplinares por infrações ambientais incluíram 282 processos no Peru (envolvendo 16 empresas), 139 processos na Colômbia (56 empresas) e 1.202 derramamentos de petróleo registrados no Equador.

*Conclusão principal: a exploração de hidrocarbonetos na Amazônia causou uma degradação ambiental cumulativa e sistêmica, que ameaça a integridade ecológica e a segurança alimentar do bioma.*

**Incumprimento por parte dos Estados.** Apesar das medidas cautelares ditadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os Estados têm repetidamente descumprido as seguintes obrigações:

- Fazer cumprir as obrigações de remediação.
- Garantir políticas adequadas de abandono de poços.
- Supervisionar e salvaguardar os direitos humanos nos territórios afetados.

Os depoimentos das três audiências públicas confirmam a negligência sistemática do Estado, como reafirma Fredy Piaguaje (Siona, Amazônia colombiana).

*Conclusão principal: os Estados amazônicos descumprem sistematicamente suas obrigações de prevenção, proteção, reparação e não repetição, o que contribui para a persistência das violações de direitos.*

**Deslocamento.** A extração de petróleo provocou deslocamentos forçados em pelo menos cinco dos nove países amazônicos, o que impulsionou a migração interna para os centros urbanos. Esses processos, em grande parte ignorados ou sem compensação, agravam a vitimização das comunidades.

*Conclusão principal: os projetos extrativos são um fator que impulsiona os deslocamentos forçados, o que agrava a vulnerabilidade de comunidades já marginalizadas.*

**Desestabilização social.** A atividade petrolífera mina a coesão da comunidade por meio de:

- Influência seletiva por parte das empresas de grupos que não representam as autoridades legítimas.
- Processos de consulta manipulados ou insuficientes. Pressão de grupos armados, tanto ilegais quanto
- ligados ao Estado, que cercam as operações petrolíferas.

*Conclusão principal: a exploração petrolífera alimenta a divisão social, mina as estruturas de governança e cria condições de intimidação e violência.*

**Exposição a substâncias tóxicas e doenças.** Estudos toxicológicos confirmam a presença de altos níveis de cádmio, mercúrio, chumbo e outros metais pesados nas comunidades indígenas. A contaminação da água e do solo prejudica a biodiversidade, reduz a reprodução das espécies e coloca em risco a saúde humana. Os depoimentos



Crédito: Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco

de Robinsón Sandi (kichua, Amazônia peruana) e Juan Carlos Ruiz (sapara, Amazônia equatoriana) destacam os riscos urgentes.

*Conclusão principal: a exploração de hidrocarbonetos expõe as comunidades a riscos graves e contínuos para a saúde relacionados à contaminação tóxica.*

**Violação dos direitos coletivos.** Apesar dos contínuos desafios legais, as empresas petrolíferas costumam operar sem o consentimento das comunidades. Os territórios são atribuídos à indústria em violação direta dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais.

*Conclusão principal: os direitos coletivos dos povos indígenas e das comunidades locais são sistematicamente ignorados em favor dos interesses extrativistas.*

**Impactos de gênero.** As mulheres enfrentam encargos desproporcionais, incluindo um aumento da prostituição, do alcoolismo e da violência física, sexual e psicológica. A contaminação relacionada ao petróleo também está associada a abortos espontâneos e maiores taxas de câncer. (Olivia Bisa, Chapra, Amazônia peruana; Tomás Candia, Chiquitano, Amazônia boliviana).

*Conclusão principal: a atividade extrativistas agrava as desigualdades de gênero, criando encargos únicos e desproporcionais para as mulheres indígenas.*

**Injustiça na alocação de recursos.** Os governos destinam fundos públicos significativos para resgatar empresas petrolíferas estatais falidas, enquanto apenas 5% dos recursos comparáveis são destinados à remediação territorial (Olivia Bisa, Chapra, Amazônia peruana).

*Conclusão principal: os recursos públicos são alocados de forma desproporcional para a manutenção das indústrias extrativistas, enquanto as comunidades arcam com os custos dos danos ambientais.*

**Promessas de desenvolvimento não cumpridas.** Apesar de décadas de extração, as regiões produtoras de petróleo continuam sofrendo com serviços precários nas áreas de saúde, educação, transporte e energia. Os depoimentos coletados nas três audiências públicas indicam que a atividade extrativista agravou a desigualdade em vez de melhorar a qualidade de vida.

*Conclusão principal: a atividade extrativista não conseguiu cumprir as promessas de desenvolvimento e, em vez disso, consolidou a desigualdade.*

**Perseguição de líderes.** Os líderes que defendem o território são alvo de intimidação, criminalização e violência. A Colômbia e o Brasil registram as taxas mais altas do mundo de assassinatos de defensores do meio ambiente. No Peru, os manifestantes que exigem medidas corretivas são criminalizados como vândalos ou sabotadores. (Fredy Piaguaje, siona, Colômbia; Luene Karipuna, Brasil; Robinsón Sandi, kichua, Peru).

*Conclusão principal: a defesa da terra e dos direitos na Amazônia se tornou uma das atividades mais perigosas do mundo, e os líderes são alvos frequentes de ataques.*

**Impactos nos povos não contactados.** A expansão do petróleo em territórios virgens ameaça os povos não contactados ou em isolamento voluntário com a



Crédito: Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco

destruição de sua cultura e a perda de sua autonomia de sobrevivência. As provas escritas do Centro de Documentação e Informação Boliviana (CEDIB) e os testemunhos de Juan Bay (Waorani, Equador) e Olivia Bisa (Chapra, Peru) confirmam as violações de direitos.

*Conclusão principal: os direitos e a sobrevivência dos povos sem contato e em isolamento voluntário estão gravemente ameaçados pela expansão extrativista.*

**Assassinatos e violência armada.** Grupos armados ilegais extorquem empresas petrolíferas e ocupam territórios indígenas, o que resulta em violência, deslocamentos e assassinatos de líderes comunitários. Em vários casos, as empresas toleraram ou se beneficiaram da presença desses grupos para reprimir a resistência (Ingrý Mojanajinsoy, Inga, Colômbia).

*Conclusão principal: a exploração petrolífera está diretamente relacionada com os ciclos de violência armada e atividade criminosa na Amazônia.*

**Incumprimento corporativo.** As empresas petrolíferas estrangeiras evadem sistematicamente as suas obrigações, deixando sem resolver a contaminação e os danos sociais, mesmo décadas após terem cessado as suas operações. (Testemunhos: Ingrý Mojanajinsoy, Inga, Colômbia; Robinsón Sandi, Kichua, Peru; Juan Carlos Ruiz, Sapara, Equador).

*Conclusão principal: a responsabilidade corporativa na Amazônia é praticamente inexistente, com passivos não resolvidos que persistem por décadas.*

**Deterioração cultural e espiritual.** Os locais sagrados, as tradições e a espiritualidade indígena foram prejudicados pela expansão extrativista, pelas divisões comunitárias e pela, além da erosão cultural acelerada pelo afluxo de mão de obra externa (Fredy Piaguaje, siona, Colômbia; Tomás Candia, chiquitano, Bolívia).

*Conclusão principal: a atividade de hidrocarbonetos corrói a identidade cultural, a espiritualidade e os conhecimentos ancestrais, ameaçando a sobrevivência cultural dos povos indígenas.*

### 1.1.2 Impactos na Amazônia devido à combustão global de combustíveis fósseis

Além dos danos localizados, a combustão de hidrocarbonetos, incluindo os amazônicos, têm profundas repercussões no bioma:

- A capacidade de absorção de carbono da Amazônia diminuiu de **1,5 bilhão de toneladas anuais na década de 1990 para 400 milhões de toneladas atualmente**.
- Evidências científicas alertam que a perda de **25% da vegetação amazônica** provocaria um declínio irreversível, a savanização e o colapso da biodiversidade.
- A Amazônia fornece **20% da água doce do planeta** e desempenha um papel fundamental na regulação do clima mundial.
- Ultrapassar o ponto de inflexão transformaria o bioma em um emissor líquido de **300 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano**, o que tornaria o Acordo de Paris inatingível.
- O colapso do ecossistema também aumenta o risco de epidemias, como se viu com o surgimento da febre de Oropouche.

*Conclusão principal: a Amazônia está se aproximando de um ponto de inflexão. A exploração e a queima contínuas de combustíveis fósseis correm o risco de transformar o bioma de um sumidouro global de carbono em um emissor líquido de carbono, com implicações catastróficas para a estabilidade climática do planeta.*

*(Fonte: Depoimento de Carlos Nobre, Painel Científico para a Amazônia, Brasil, apresentado durante a primeira audiência pública).*

## 1.2 Expansão da indústria de petróleo e gás na Amazônia

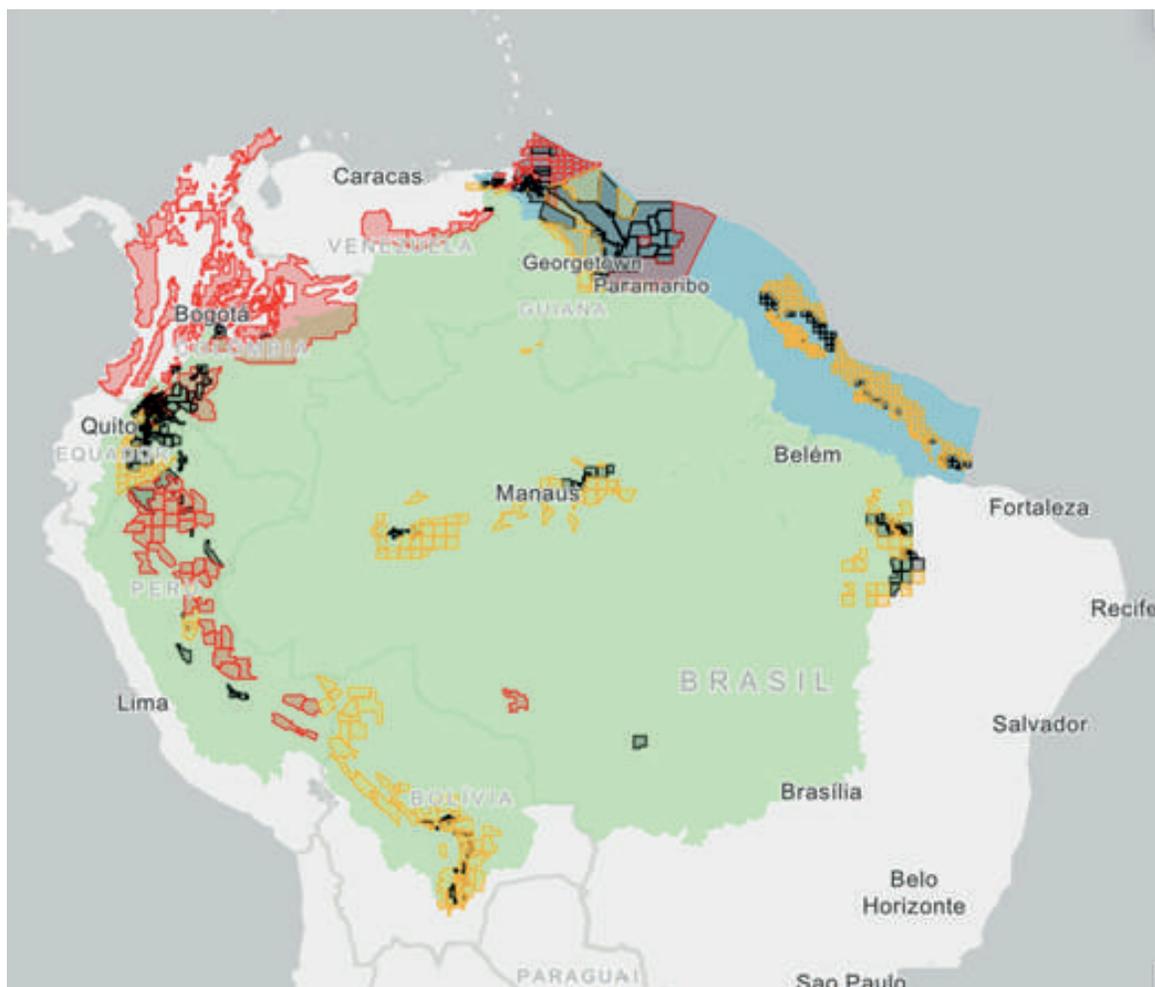
### 1.2.1 Dados gerais do bioma

A investigação recebeu depoimentos e dados detalhados sobre o alcance atual da atividade petrolífera e gasífera no bioma amazônico.

- Existem **871 blocos de petróleo e gás** em toda a região amazônica, tanto em terra firme quanto em alto mar. Destes, **68% ainda não foram atribuídos** (amarelos e vermelhos, de acordo com o Mapa 1), o que indica o potencial de expansão da indústria para mais do dobro dos níveis atuais de exploração e produção.
- Um total de **1,3 milhão de km<sup>2</sup>** do bioma amazônico se sobrepõe atualmente a alguma fase da atividade petrolífera e de gás.
- O Brasil lidera com **52% de todos os projetos (451 blocos)**, dos quais 328 são marítimos e 123 estão dentro da floresta tropical.
- Entre todos os blocos produtivos da Amazônia, **55% (442 blocos)** são continentais e estão localizados dentro da floresta tropical. Destes, 111 estão em produção ativa, concentrados na zona andino-amazônica (Peru, Equador e Colômbia), reconhecida como a região geográfica com maior biodiversidade do planeta.
- Vale ressaltar que **54% dos blocos continentais não possuem licenças de exploração ou exploração**, o que deixa margem para uma expansão da indústria que poderia duplicar a pegada atual.

*(Fonte: Depoimento de Vinicius Nora, Instituto Arayara, Brasil, e Monitor da Amazônia Livre de Petróleo e Gás, apresentado durante a primeira audiência pública).*

Mapa 1. Bloques petroleros Amazonia



Fuente: Monitor Amazonia libre de petróleo y gas. Instituto Internacional Arayara

### 1.2.2 Dados por país

- **Amazônia brasileira:** 471 blocos; 15% sob contrato, 19% disponíveis para concessão de licenças.
- **Amazônia boliviana:** 104 blocos; 36% sob contrato.
- **Amazônia equatoriana:** 64 blocos; 66% sob contrato, 9% disponíveis para concessão de licenças.
- **Amazônia colombiana:** 47 blocos; 46 sob contrato.
- **Amazônia peruana:** 46 blocos; 41% sob contrato, 54% disponíveis para concessão de licenças.
- **Amazônia guanesa:** 22 blocos; 36% sob contrato.
- **Amazônia surinamense:** 22 blocos; 63% sob contrato, 23% disponíveis para concessão de licenças.
- **Amazônia venezuelana:** 18 blocos; 61% sob contrato, 28% disponíveis para concessão de licenças.

Embora o potencial de expansão varie, todos os países mantêm uma margem significativa para o crescimento da atividade petrolífera e gasífera, especialmente na sub-região andino-amazônica. A pesquisa destaca positivamente que a **Colômbia** é o único país amazônico que propôs uma política de **“não concessão de novas licenças”**, consagrada em seu Plano Nacional de Desenvolvimento e promovida no âmbito da OTCA.

### 1.2.3 Fatores que favorecem a expansão da indústria

#### O direito internacional como fator de risco

A pesquisa revelou que os marcos jurídicos internacionais — incluindo tratados bilaterais e multilaterais de investimento, acordos de livre comércio e mecanismos de arbitragem — sistematicamente dão prioridade aos direitos das empresas e dos investidores sobre os direitos humanos e a proteção do meio ambiente.

- As disposições sobre resolução de controvérsias entre investidores e Estados (ISDS) já minaram os esforços nacionais para restringir a expansão dos hidrocarbonetos.
- Contratos de **20 a 40 anos** ou licenças sem data de vencimento fixam as operações extrativistas por gerações.
- As empresas estatais com investimento privado estrangeiro têm recorrido cada vez mais à arbitragem internacional para contestar as medidas governamentais.

*(Fonte: Depoimento de José David Castilla, Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), apresentado durante a primeira audiência pública).*

#### Conduta empresarial e obrigações extraterritoriais

**Desprezo histórico pelos direitos.** Durante décadas, as empresas petrolíferas, tanto públicas como privadas, têm violado sistematicamente os direitos humanos e os direitos da natureza na Amazônia. **A lex mercatoria** (sistema jurídico comercial mundial) privilegia os fluxos de investimento e minimiza a responsabilidade pelos danos causados

*(Fonte: Depoimento de Sofía Jarrín, Aliança de Organizações pelos Direitos Humanos, Equador).*

**Padrão de violações.** As evidências associam especialmente os investimentos chineses e canadenses a violações sistemáticas de pelo menos nove direitos humanos e ambientais:

- Direitos individuais: saúde, água, alimentação, nível de vida adequado, cultura.
- Direitos coletivos: consulta livre, prévia e informada; um meio ambiente limpo, saudável e sustentável; direitos territoriais e de autodeterminação dos povos indígenas; liberdade de reunião pacífica, associação e protesto.

*(Fonte: Depoimento de Sofía Jarrín, Aliança de Organizações pelos Direitos Humanos, Equador, e Fabián León, Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos. Primeira audiência pública).*

**As normas voluntárias fracassaram.** Os marcos de responsabilidade social corporativa não modificaram o comportamento. Em contrapartida, as empresas continuam protegidas por garantias legais, enquanto os Estados não cumprem suas obrigações extraterritoriais.

**Interferência corporativa nos Estados.** Na Colômbia e no Peru, as empresas contrataram as forças armadas e os promotores públicos, cooptando as instituições públicas. As comunidades denunciam um aumento da criminalização da dissidência, da perseguição a líderes e de uma maior repressão ligada a essas alianças.

*(Fonte: Depoimento de Fabián León, Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos, primeira audiência pública).*





Crédito foto: Amazon Watch

#### 1.2.4 Conclusões principais

1. **A Amazônia está sujeita a uma pressão sem precedentes devido à expansão da indústria de petróleo e gás.** Mais de 1,3 milhão de km<sup>2</sup> estão cobertos por blocos extrativistas, e mais da metade deles ainda não entraram em produção.
2. **Os marcos jurídicos internacionais consolidam as operações extrativistas,** privilegiando os direitos das empresas acima das obrigações em matéria de direitos humanos e ambientais.
3. **As práticas corporativas continuam sendo caracterizadas por violações** sistêmicas de direitos, incluindo o desrespeito à governança indígena, a falta de consulta e a intimidação de defensores.
4. **Os princípios voluntários são insuficientes;** são necessárias regulamentações vinculativas e cooperação internacional para garantir a prestação de contas.
5. **A proposta da Colômbia de não conceder novas licenças** representa um precedente importante, pois oferece um caminho alinhado com os objetivos climáticos globais e os direitos indígenas.

### 1.3 Financiamento do petróleo e do gás na Amazônia

Esta seção apresenta os resultados das transações financeiras realizadas por instituições bancárias. Os fluxos provenientes de fundos de investimento privados e de pensões são excluídos devido às limitações de rastreabilidade e à falta de transparência.

#### 1.3.1 A quem e o que os bancos financiam

Nas últimas duas décadas, **280 bancos** financiaram **88 empresas** dedicadas à exploração de petróleo e gás no bioma amazônico, incluindo operações marítimas na foz do rio Amazonas. O financiamento se manteve constante, apesar dos graves danos sociais e ambientais documentados desde a década de 1970.

- **Concentração do financiamento:** seis bancos — Citibank, JPMorgan Chase, Banco Itaú, Credicorp Capital Perú, Santander e Bank of America — representam quase metade de todo o financiamento. Os três principais dominam o setor.
- **Concentração do mercado:** menos de 4% dos bancos representam 63% de todo o financiamento dos últimos vinte anos.
- Escala das transações: aproximadamente **560 transações** financiaram empresas dedicadas à exploração, produção, transporte, refino e comércio de hidrocarbonetos amazônicos. Cada elo dessa cadeia tem consequências diretas para o bioma e seus povos.

*(Depoimento de Martyna Dominiak, Stand.earth, segunda audiência pública)*

Dois terços do financiamento vieram de **bancos norte-americanos e europeus**, enquanto os bancos latino-americanos (estatais, de desenvolvimento e privados) representaram 24% das transações. Entre 2016 e 2023, **38 dos 60 maiores bancos do mundo** financiaram a exploração petrolífera na Amazônia brasileira, peruana, equatoriana e colombiana. Destes, 24 eram bancos do G7, seis da UE e cinco da China.

Do volume total, apenas **5% (US\$ 23 bilhões)** são rastreáveis. Os **95% restantes (US\$ 535 bilhões)** permanecem ocultos por trás de estruturas financeiras opacas, mas estão claramente ligados a empresas que operam em toda a cadeia de hidrocarbonetos.

### 1.3.2 Mecanismos que possibilitam o financiamento

#### Greenwashing e estruturas opacas

Os bancos e as empresas utilizam sistematicamente **estratégias de lavagem verde** para justificar o financiamento sob o pretexto de “proteger as pessoas e os ecossistemas”. Na prática, **72% das transações de combustíveis fósseis** na Amazônia são estruturadas para diluir as salvaguardas e ocultar a responsabilidade.

Mais de US\$ 400 bilhões fluíram por meio de mecanismos como:

- **Empréstimos para fins corporativos gerais (GCP):** permitem que os bancos neguem seu conhecimento sobre o uso final.
- **Empréstimos sindicalizados:** distribuem a responsabilidade entre vários bancos.
- **Subscrição de títulos:** facilita a emissão de títulos corporativos para empresas petrolíferas, ao mesmo tempo que afasta os bancos da responsabilidade direta.

Em conjunto, esses mecanismos representam metade de todo o financiamento.

As estruturas de gestão de riscos ambientais e sociais (ESRM) têm se mostrado fracas. Em média, 71% da Amazônia não está protegida pelas ESRM dos cinco maiores financiadores. A debilidade na sua aplicação significa ainda que até 98% do bioma pode ficar excluído de proteções significativas.

*(Depoimento de Martyna Dominiak, Stand.earth, segunda audiência pública)*

#### Transferência de responsabilidade

Os bancos afirmam que o financiamento vinculado a infraestruturas — como a refinaria de Talara, no Peru — não se enquadra nas operações petrolíferas

na Amazônia porque as instalações não se encontram diretamente dentro da floresta. Essa segmentação ignora a cadeia extrativista integrada.

*(Depoimento de Vladimir Pinto, Amazon Watch, segunda audiência pública)*

Os governos também facilitaram o financiamento, contornando a devida diligência. No Lote 64 do Peru, tanto a consulta prévia quanto as avaliações de impacto ambiental foram deliberadamente excluídas, o que constitui uma violação da Convenção 169 da OIT e da legislação nacional.

### 1.3.3 Bancos e casos importantes

- **Citibank:** O maior financiador, responsável por 26% de todas as transações nos últimos 15 anos. Principal patrocinador da Petroperú e da Petroecuador e líder na emissão de títulos para novas perfurações. Em 2023, concedeu US\$ 125 milhões à Hunt Oil Peru, apesar das repetidas violações dos direitos indígenas.
- **Bank of America:** financiou a Ecopetrol, a GranTierra e a GeoPark, que expandiram suas operações após adquirir a Amerisur, uma empresa com histórico de derramamentos, contaminação e repressão, especialmente contra o povo siona.
- **Santander:** surgiu como um financiador importante após 2017. Sua carteira inclui a refinaria Talara do Peru e a Eneva SA do Brasil (complexo Parnaíba, Jaguaritica II), apesar dos pedidos judiciais de suspensão por violações dos direitos indígenas.
- **JPMorgan Chase:** Em 2023, financiou quase US\$ 126 milhões para a Ecopetrol e a GranTierra em Putumayo (Colômbia), onde o povo inga sofreu violência e assassinatos relacionados às operações petrolíferas.
- **Itaú Unibanco:** O maior financiador do setor privado na Amazônia, com US\$ 1,68 bilhão em financiamento de projetos (2018-2022), incluindo US\$ 1,3 bilhão em subscrição de títulos para a Eneva SA. Principal patrocinador das operações marítimas da Petrobras na foz do Amazonas.

*(Depoimento de Martyna Dominiak, Stand.earth, segunda audiência pública)*



Crédito: Amazon Watch

### 1.3.4 Conclusões

O financiamento da expansão do petróleo e do gás na Amazônia é impulsionado por um grupo concentrado de bancos globais, cujas práticas — protegidas por estruturas e o financeiro opaco, salvaguardas fracas e narrativas de greenwashing — permitem que as atividades extrativistas persistam sem controle.

Esses fluxos constituem um dos principais facilitadores da expansão dos combustíveis fósseis na Amazônia, reforçando um modelo que ignora os direitos indígenas, perpetua a violência e acelera o colapso ecológico. A menos que sejam tomadas medidas urgentes para redirecionar os fluxos financeiros, a Amazônia continuará sendo uma zona de sacrifício para o sistema financeiro global, minando tanto os compromissos internacionais em matéria de clima quanto os direitos humanos de seus povos.

## 1.4 Armadilha da dívida e dinâmicas da demanda financeira

### 1.4.1 Vínculo estrutural entre a dívida e o extrativismo

A pesquisa conclui que a exploração de recursos não renováveis no bioma amazônico está estruturalmente ligada à dinâmica da dívida dos países que o abrigam. Essa relação é fundamental para compreender por que a exploração de petróleo e gás continua sendo permitida e promovida em toda a região.

A dívida pública dos países amazônicos aumentou consideravelmente desde a pandemia da COVID-19, o que limitou gravemente as opções de desenvolvimento. A América Latina registrou o maior crescimento da dívida em nível mundial, obrigando os governos a destinar mais recursos ao serviço da dívida do que a investimentos fundamentais em saúde, educação e infraestrutura. O aumento das taxas de juros e o crescimento econômico relativamente baixo agravam essa tendência (Apresentação escrita: Debt and Forest Risk Connections, Earth Insight).

Como resultado, muitos países amazônicos dependem em grande parte das indústrias extrativistas para gerar divisas para o pagamento da dívida. O petróleo, o gás e a mineração já representam uma parte significativa do PIB nacional: mais de 23% na Bolívia e no Suriname e cerca de 17% no Equador e no Peru em 2023 (Depoimento de Carola Mejía, Latinidad, Segunda audiência pública). As empresas estatais são fundamentais nesse processo, pois suas receitas geralmente são destinadas diretamente ao serviço da dívida.

Com as zonas extrativistas tradicionais cada vez mais saturadas, aumenta a pressão para expandir para áreas intactas do bioma amazônico, o que ameaça os povos indígenas e locais. A expansão de novas fronteiras de petróleo, gás e “minerais de transição” reflete o papel estrutural da dívida na perpetuação do extrativismo.

### 1.4.2 O círculo vicioso da dívida e do extrativismo

A pesquisa documenta um círculo vicioso de dívida e extrativismo que se reforça por meio dos seguintes mecanismos:

- **Investimento social insuficiente e renovação da dívida:** dar prioridade ao pagamento da dívida em detrimento da saúde, educação e infraestrutura obriga a renovar os empréstimos para cobrir as necessidades essenciais, o que aprofunda a dependência das receitas extrativistas.
- **Dependência econômica:** a falta de diversificação das economias condena os países a depender das exportações de combustíveis fósseis como principal fonte de divisas. Isso perpetua os danos ecológicos e impede alternativas de longo prazo.
- **Dívida petrolífera estatal:** os empréstimos contraídos por empresas estatais, como a Petroperú e a Petroecuador, criam um “bloqueio de carbono” ao obrigar a prolongar a produção de combustíveis fósseis, como exemplifica a refinaria de Talara, no Peru.
- **Renegociações desfavoráveis:** os altos níveis de endividamento aumentam a vulnerabilidade à pressão dos credores. No Suriname, as renegociações resultaram em condições que obrigaram à expansão da indústria petrolífera, com um custo superior ao da dívida original. O FMI e outros credores influenciaram esses resultados.
- **Coação da classificação de crédito:** agências de classificação de crédito, como a Moody's, exercem uma influência significativa. No Equador, após o referendo de 2023 que rejeitou a exploração petrolífera e mineira em áreas protegidas, a Moody's ameaçou rebaixar a classificação se o resultado fosse respeitado, dando prioridade aos interesses dos credores sobre os direitos democráticos e ambientais.

Enquanto isso, os países amazônicos, embora sejam os menos responsáveis pela crise climática, continuam sendo os mais vulneráveis aos seus efeitos. Os gastos públicos com o meio ambiente são inferiores a 1% dos orçamentos nacionais da Colômbia, Peru e Suriname, enquanto o serviço da dívida consome entre 1% e 20% (Carola Mejía, Latindadd, Segunda Audiência Pública). Os fenômenos meteorológicos extremos aumentam ainda mais as necessidades

de endividamento e reduzem as classificações de crédito, o que eleva os custos dos empréstimos.

Até mesmo o financiamento internacional para o clima piorou a dinâmica da dívida. Na América Latina, 81% do financiamento para o clima chega na forma de empréstimos — 70% deles não concessionais —, o que agrava a pressão fiscal e reforça o extrativismo (Carola Mejía, Latindadd, Segunda Audiência Pública).

### 3.4.3 Assimetrias globais e barreiras estruturais

A crise da dívida é inseparável das assimetrias globais. Os países do Norte — devedores históricos em matéria climática e principais poluidores — também dominam as instituições financeiras que concedem empréstimos aos Estados amazônicos e financiam as empresas petrolíferas. Dessa forma, a arquitetura financeira global perpetua um ciclo em que a dívida, o extrativismo e a destruição ecológica se reforçam mutuamente.

Quebrar esse ciclo é quase impossível nas condições atuais devido a:

1. O desequilíbrio estrutural no poder de negociação entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos.
2. O interesse dos credores em manter a dívida como ferramenta de controle econômico e político.
3. A pressão constante para explorar os recursos amazônicos, em particular o petróleo pesado destinado ao consumo no Norte Global.

#### A pesquisa conclui que são necessárias reformas estruturais para quebrar esse vínculo destrutivo.

##### Entre elas estão:

- O cancelamento total da dívida vinculada a objetivos climáticos e de biodiversidade.
- O estabelecimento de mecanismos financeiros que não gerem dívida, como subsídios e reparações climáticas.
- O reconhecimento da dívida ecológica que o Norte Global tem com a região amazônica.

Sem essas medidas, os países amazônicos continuarão presos à exploração impulsionada pela dívida, o que prejudicará tanto a estabilidade climática quanto os direitos dos povos que protegem a Amazônia.

## 1.5 Quem compra o petróleo amazônico?

A expansão da indústria petrolífera na Amazônia se sustenta não apenas no financiamento e nas políticas governamentais, mas também na demanda constante dos compradores internacionais.

Os Estados Unidos se tornaram o principal destino do petróleo amazônico, o que impacta diretamente a expansão dos hidrocarbonetos e as consequentes pressões sobre o bioma e seus povos. O petróleo amazônico é especialmente valioso para as refinarias americanas, onde é misturado com petróleo leve de produção nacional para seu processamento.

Um estudo de 2021 (Destinos Vinculados, Amazon Watch) revelou que:

- 49% das exportações rastreáveis de petróleo amazônico foram destinadas a refinarias da Califórnia.
- 17% foram para outras partes dos Estados Unidos.
- No total, 67% das exportações de petróleo amazônico foram destinadas ao mercado americano.

O Equador é o principal fornecedor, com até 90% dessas exportações. Vale ressaltar que o Equador também está entre os maiores receptores de financiamento de instituições financeiras americanas, em particular o Citibank, que desempenhou um papel fundamental na facilitação desse comércio.

*(Depoimento de Carola Mejía, Latindadd, Segunda Audiência Pública)*

## 1.6 Impacto do financiamento

### 1.6.1 O financiamento deixou uma dívida impossível de pagar

Nas últimas duas décadas, os bancos destinaram um total de **US\$ 23 bilhões** exclusivamente ao financiamento direto da exploração de petróleo e gás na Amazônia. Esse enorme investimento teve **repercussões sociais, ambientais, fiscais e econômicas**

**negativas**, cujos custos superam em muito o financiamento inicial e são praticamente impossíveis de reembolsar.

Os custos dos danos ambientais, em particular os decorrentes de derramamentos de petróleo e responsabilidades de longo prazo, superam o valor total do investimento direto. Por exemplo, somente no norte do Peru, a remediação dos primeiros 146 locais contaminados em um bloco requer **US\$ 1,5 bilhão** (aproximadamente 7% do financiamento direto total dos últimos 20 anos). No entanto, isso representa apenas uma fração dos danos: no mesmo sistema do norte do Peru, ocorreram **831 derramamentos de petróleo, 3.256 passivos ambientais oficialmente reconhecidos e 1.900 locais adicionais afetados documentados pelos povos indígenas**. *(Depoimento de Vladimir Pinto, Amazon Watch, segunda audiência pública)*

Se os custos de remediação fossem contabilizados integralmente, o setor de petróleo e gás na Amazônia seria um **fracasso econômico** tanto para os Estados quanto para as empresas. Os dados mostram o seguinte:

- **Equador:** 1584 incidentes petrolíferos registrados entre 2012 e 2022.
- **Bolívia:** 1.202 incidentes petrolíferos registrados entre 2012 e 2022.
- **Peru:** 831 derramamentos de petróleo documentados apenas no sistema amazônico do norte.
- **Colômbia:** 98 incidentes petrolíferos registrados entre 2015 e 2022.

*(Relatórios da Mongabay, 2012–2022)*

No total, quase **5.000 incidentes petrolíferos em quatro países andinos e amazônicos ao longo de 15 anos** deixaram dezenas de milhares de responsabilidades sem solução. Esses números excluem o Brasil, a Venezuela, a Guiana e o Suriname; não incluem muitos incidentes; e refletem apenas os últimos 15 anos de monitoramento. Portanto, a magnitude real é significativamente maior.

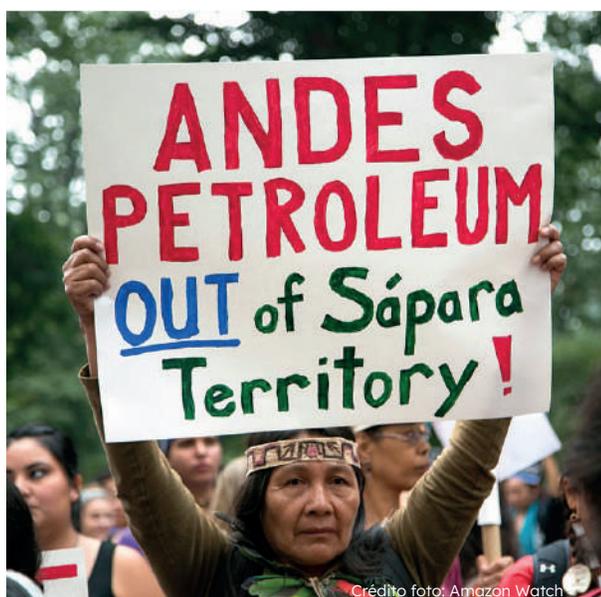
### 1.6.2 Outros impactos a destacar

O financiamento de cada dólar destinado a atividades petrolíferas e gasíferas na Amazônia também se traduz em danos diretos aos povos indígenas.

Tabela 1. Povos indígenas afetados por empresas financiadas por bancos.

| Banco                  | Empresas-chave  | Povos indígenas afetados por empresas financiadas por bancos  |
|------------------------|---|---|
| Citibank               | Petroperú, PetroEcuador, Hunt Oil, Hunt Oil Perú, Geopark, Eneva SA | Achuar, Chapra, Wampis, Nahua, Nanti, Kirineri, Matsigenka, Mashco-Piro, Siona, Waorani, Tagaeri y Taromeneane, Mura, Mundurukus, Gaviões |
| JPMorganChase          | Petroperú, Hunt Oil Perú, GeoPark, Gran Tierra                      | Achuar, Chapra, Wampis, Nahua, Nanti, Kirineri, Matsigenka, Mashco-Piro, Siona, Inga  |
| Itaú Unibanco          | Eneva SA  | Mura, Mundurukus, Gaviões   |
| Credicorp Capital Peru | Hunt Oil Perú, Perú LNG   | Nahua, Nanti, Kirineri, Matsigenka, Mashco-Piro   |
| Banco Santander        | Petroperú, Eneva SA   | Achuar, Chapra, Wampis, Mura, Mundurukus, Gaviões   |
| Bank of America        | Petroperú, Hunt Oil, Hunt Oil Perú, GeoPark, Gran Tierra            | Achuar, Chapra, Wampis, Nahua, Nanti, Kirineri, Matsigenka, Mashco-Piro, Siona, Inga  |
| HSBC                   | Petroperú, Gran Tierra  | Achuar, Chapra, Wampis, Inga  |
| Banco Bradesco         | Eneva SA  | Mura, Mundurukus, Gaviões   |
| BBVA                   | Petroperú   | Achuar, Chapra, Wampis, Mura, Mundurukus, Gaviões   |
| BNDES                  | Eneva SA  | Mura, Mundurukus, Gaviões   |

*Depoimento de Martyna Dominiak, Stand.earth, segunda audiência pública)*



Crédito foto: Amazon Watch

Além das comunidades, os próprios Estados suportam um fardo pesado. Destacam-se dois impactos sistêmicos adicionais:

A. Custos de remediação: os Estados são obrigados a arcar com os custos da limpeza ambiental, dos quais as empresas não prestaram contas. Somente no Peru, são necessários US\$ 1,5 bilhão para remediar os 146 locais mais afetados.

B. Corrupção institucional: o financiamento da cadeia extrativistas facilitou práticas corruptas. No Equador, o escândalo do Grupo Gunvor revelou como comerciantes de energia, financiados por bancos, subornaram funcionários para manter a expansão petrolífera na Amazônia.

*(Relatório Greenwashing the Amazon, apresentação escrita)*



Crédito: Amazon Watch

### 1.6.3 Estudo de caso: a refinaria de Talara no Peru

O **projeto da refinaria de Talara** ilustra como o financiamento agrava o endividamento, a dependência do Estado e as violações de direitos.

- Iniciado em 2014 para ampliar a capacidade de refino de 45.000 para 90.000 barris por dia.
- Os custos de investimento dispararam de **US\$ 2,73 bilhões (2014) para US\$ 6,53 bilhões (2024)**.
- Apesar disso, a extração de petróleo no Peru diminuiu e agora são produzidos menos de 50.000 barris por dia.

Essa dívida obrigou a Petroperú e o Estado peruano a intensificar a exploração de petróleo com **menos garantias sociais e ambientais, o que criou um bloqueio de carbono** e ampliou as pressões sobre os territórios indígenas. Os processos de consentimento livre, prévio e informado ( ) muitas vezes brilham por sua ausência ou são violados.

O projeto foi financiado por meio de títulos, empréstimos sindicalizados e contribuições de capital dos principais bancos, incluindo **HSBC, JPMorgan Chase, Banco Santander, BBVA, BNP Paribas, Citibank, Deutsche Bank, Bank of America e Goldman Sachs**.

Um novo e preocupante acontecimento liga a espiral da dívida do Peru à do Equador. Para manter a capacidade da refinaria de Talara, os financiadores estão explorando o transporte transfronteiriço de petróleo do Equador para o Peru, o que aumenta os riscos de conflitos territoriais e violações dos direitos dos povos indígenas em ambos os países.

### 1.7 Alguns sinais positivos

Nem todas as tendências financeiras são negativas. O **HSBC** se comprometeu, desde 2022, a excluir o financiamento de petróleo e gás em 100% do bioma amazônico. Um ano depois, nenhuma transação foi registrada, e sua política proíbe explicitamente o financiamento de projetos ou empresas com atividades importantes em ecossistemas sensíveis como a Amazônia.

Embora ainda existam lacunas jurídicas, especialmente no que diz respeito ao financiamento de comerciantes de energia como Gunvor, Vitol e Shell, a mudança na política do HSBC demonstra que os bancos podem alinhar suas práticas às necessidades climáticas. Isso cria um precedente e oferece uma oportunidade para que outras instituições financeiras sigam seu exemplo.

*(Depoimento de Martyna Dominiac, Stand.earth, segunda audiência pública)*

# 02

## ROTEIRO DOS PARLAMENTARES PARA UMA AMAZÔNIA LIVRE DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

### A urgência de um roteiro

A Amazônia está se aproximando de um **ponto de inflexão** que pode desencadear um colapso ecológico irreversível, com graves consequências para a estabilização climática global. Os parlamentares reconhecem que a humanidade deve se comprometer coletivamente a **deter as atividades que degradam esse bioma**.

Este roteiro apresenta um conjunto de alternativas concretas de política e governança ao modelo de desenvolvimento extrativista. Ele propõe caminhos claros para a **eliminação gradual dos hidrocarbonetos e da mineração**, ao mesmo tempo em que **reforça a governança indígena, promove uma sócio-bioeconomia e incentiva a cooperação internacional** para uma transição justa.

### 2.1 Além do modelo extrativista

Durante décadas, as economias amazônicas foram determinadas pelo **extrativismo impulsionado pelo Estado** — agroindústria, pecuária, mineração e hidrocarbonetos — que ignora as dinâmicas ecológicas e culturais da região. Essas atividades causaram:

- **Perdas ecológicas:** cada hectare de floresta perdido representa entre **US\$ 8.000 e US\$ 15.000** em serviços ecossistêmicos (regulação climática, biodiversidade, polinização, qualidade do solo). (Joaquín Carrizosa, Pan-Amazonian Bioeconomy Network, Terceira Audiência Pública)
- **Erosão cultural:** a destruição do conhecimento, da governança e das tradições indígenas, que são essenciais para a conservação. (Oscar Daza, indígena Korebaju, Amazônia colombiana, Terceira Audiência Pública)
- **Injustiça social:** empresas predominantemente estrangeiras extraem recursos para exportação, deixando as populações amazônicas na pobreza, na desigualdade e com direitos enfraquecidos.
- **Fracasso das políticas:** as tentativas de promover projetos bioeconômicos muitas vezes replicavam a lógica extrativista, minando a biodiversidade e a resiliência das comunidades.

Os parlamentares enfatizam que **é necessária uma mudança fundamental:** passar da extração impulsionada pelo exterior para modelos baseados na governança indígena e na integridade ecológica.

## 2.2 Os modos de vida indígenas como pedra angular da proteção

Os povos indígenas e as comunidades locais (PI&CL) mantêm o equilíbrio ecológico da Amazônia por meio de práticas ancestrais que sustentam a vida há milênios. Suas economias, como a agricultura indígena ancestral, a pesca artesanal, o artesanato e o ecoturismo, já incorporam a sustentabilidade.

As prioridades políticas incluem:

- **O reconhecimento legal e a aplicação dos direitos territoriais** (titulação de terras, demarcação, entidades territoriais indígenas).
- Declarar os territórios indígenas e as áreas de povos em isolamento voluntário como **zonas de exclusão para as indústrias extrativistas**.
- **Garantir financiamento direto** aos povos indígenas para fortalecer a governança, os sistemas de conhecimento e os “planos de vida”.
- Desenvolver projetos econômicos apenas **sob a orientação dos governos territoriais indígenas** para garantir a conectividade ecológica e a integridade cultural.

Como enfatizam os líderes indígenas:

*«A terra não é apenas terra, é território, que inclui água, fauna, flora, governos, planos de vida e equilíbrio com todos os seres».*

## 2.3 Construir uma sócio-bioeconomia próspera

A sócio-bioeconomia oferece uma alternativa viável e justa ao extrativismo. Ela promove sistemas de produção baseados na biodiversidade que respeitam os limites ecológicos, fortalecem a governança indígena ou de qualquer comunidade local amazônica e distribuem os benefícios econômicos de maneira justa.

Principais características:

- Uso sustentável da biodiversidade, minimizando as externalidades negativas.
- Integração dos conhecimentos indígenas e participação da comunidade na tomada de decisões.
- Visão de longo prazo alinhada com a conservação e a continuidade cultural.
- Maiores benefícios econômicos em comparação com os setores extrativos.

A sócio-bioeconomia do Brasil já contribui com US\$ 2,2 trilhões para o PIB, com um **potencial de crescimento de até US\$ 7 trilhões** em 2050, com o apoio político adequado. No entanto, as altas taxas de insucesso dos projetos demonstram a necessidade urgente de:

- Políticas públicas de apoio em todos os países amazônicos.
- Financiamento direto e acesso ao mercado para empresas dirigidas pela comunidade.
- Coordenação entre organizações sociais, governos e cooperação internacional para ampliar os investimentos e as inovações.

Com o apoio adequado, a contribuição econômica **da sócio-bioeconomia poderia se multiplicar por dez até 2035**, tornando-se o principal modelo econômico da região.

*(Joaquín Carrizosa, Terceira Audiência Pública)*

## 2.4 Cooperação internacional e marcos jurídicos

Embora os combustíveis fósseis sejam a principal causa do aquecimento global, o **Acordo de Paris não regula explicitamente sua extração**. Avanços recentes, como o **Balanço Global da COP28** e os pareceres consultivos da **Corte Internacional de Justiça e da Corte Interamericana de Direitos Humanos**, fornecem uma base jurídica para um **Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis**.

Este tratado deve:

- Estabelecer um **plano justo e equitativo** para eliminar gradualmente o petróleo, o gás e o carvão.
- Mobilizar fundos dos países desenvolvidos e das empresas para os países em desenvolvimento.
- Eliminar as barreiras ao financiamento de transições justas.
- Contribuir para a diversificação das economias dos países dependentes de combustíveis fósseis.
- Garantir a **transparência e a prestação de contas** dos fluxos financeiros.

A Amazônia, como bem comum planetário, deve ser reconhecida como território protegido pelo direito internacional, priorizada nos marcos de cooperação global e posicionada como o primeiro bioma livre da expansão dos combustíveis fósseis e minerais.

## 2.5 Mecanismos financeiros para deixar os combustíveis fósseis no subsolo

A apenas **três anos de esgotar o orçamento de carbono de 1,5 °C**, quase todas as reservas de combustíveis fósseis devem permanecer no subsolo. Para isso, os parlamentares examinaram instrumentos financeiros inovadores, como os **acordos de incentivo “Leaving It in the Ground” (LINGO)** e mecanismos que incluem:

- **Resgate climático:** aproveitar os bancos centrais para absorver os riscos dos ativos encaixados.
- **Direitos Especiais de Saque (DSE):** usar os ativos de reserva do FMI exclusivamente para a transição energética.

Essas ferramentas podem:

- Evitar a dívida ou a inflação, ao mesmo tempo que protegem a natureza.
- Gerar novas receitas públicas.
- Promover uma cooperação mais estreita entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

## 2.6 A introdução gradual das energias renováveis, uma mudança de paradigma

Proteger a **conectividade** ecológica e cultural da Amazônia é essencial para o desenvolvimento humano sustentável. Os projetos energéticos devem respeitar os ciclos da água, dos nutrientes e do carbono em escala regional e global.

### Projetos hidrelétricos: uma solução falsa

**Mais de 1000 barragens hidrelétricas ameaçam a conectividade da Amazônia.** Localizadas principalmente nas cabeceiras dos rios, elas alteram os fluxos de água, sedimentos e peixes, ao mesmo tempo em que liberam metano das águas estagnadas. (Marcelo Peña-Claros, Painel Científico para a Amazônia, Terceira Audiência Pública)

As barragens impõem graves custos sociais e ecológicos: redução da fertilidade do solo, intensificação da contaminação por mercúrio, colapso da pesca e exportação de eletricidade para outros locais, enquanto as comunidades locais enfrentam a pobreza energética.

### Energias renováveis descentralizadas para a Amazônia

As verdadeiras soluções residem nas **energias renováveis descentralizadas e centradas na comunidade**, entre as quais se incluem:

- Energia solar fotovoltaica com armazenamento.
- Turbinas hidrocinéticas de pequena escala.
- Microrredes baseadas em biomassa.

Esses sistemas reforçam a soberania energética, evitam o desmatamento causado pelas linhas de transmissão e se ajustam a uma **transição justa**.

## 2.7 Colômbia: diante de uma oportunidade histórica para se tornar líder e o climático

### Diminuição da produção de petróleo em Putumayo

A produção de petróleo na Amazônia colombiana está em constante declínio. Até 2035, prevê-se que a produção de Putumayo caia para um terço dos níveis atuais, com reservas comprovadas que durarão menos de cinco anos. O interesse dos investidores é escasso, limitado pelos riscos de segurança, pela infraestrutura deficiente e pela mudança global que se afasta do petróleo.

*(Fernando Patzy, Instituto de Governança dos Recursos Naturais, Terceira Audiência Pública)*

Los hidrocarburos dominan la economía de Putumayo (28%) y las regalías representan el 11 % del PIB. La disminución de los ingresos corre el riesgo de profundizar la dependencia de las economías ilícitas.

*(Juliana Peña, Instituto de Governança dos Recursos Naturais, Terceira Audiência Pública)*

### A inviabilidade da expansão

De acordo com a Agência Nacional de Hidrocarbonetos, **28% da Amazônia colombiana — 14,1 milhões de hectares — está coberta por blocos petrolíferos**, o que representa uma ameaça para:

- **As florestas intactas:** 57% dos blocos se sobrepõem, o que coloca em risco 20% das florestas intactas.
- **Os territórios dos povos indígenas e comunitários:** quase 70% dos territórios estão ameaçados.
- **A biodiversidade:** 430 000 hectares de áreas-chave para a biodiversidade e 10 000 hectares de áreas protegidas.
- **As reservas de carbono:** emissões potenciais 10,7 vezes superiores à meta do NDC da Colômbia.

*(Ignacio Arróniz, Earth Insight, Terceira Audiência Pública)*

De uma perspectiva econômica, a expansão não é competitiva. Nos cenários alinhados com Paris, 97% das **reservas são inviáveis**, com valores atuais líquidos médios entre -74 000 e -213 000 milhões de dólares americanos.

### Uma oportunidade decisiva

Os parlamentares reconhecem a **oportunidade histórica que a Colômbia tem** de retirar todos os blocos petrolíferos da Amazônia dos contratos futuros. Isso permitiria:

- Proteger as comunidades indígenas e locais.
- Possibilitar uma transição energética e fiscal justa.
- Posicionar a Colômbia como **líder regional e mundial** no alinhamento do desenvolvimento com os objetivos climáticos.

## Conclusão

A Amazônia está na linha de frente da luta climática mundial. Os parlamentares de toda a bacia e de todo o mundo devem agir com determinação para:

- Pôr fim à expansão dos combustíveis fósseis na Amazônia.
- Reconhecer os povos indígenas como guardiões fundamentais do bioma.
- Construir sócio-bioeconomias como alternativas ao extrativismo.
- Garantir a cooperação internacional, os marcos legais e o financiamento para uma transição justa.

Somente adotando este roteiro poderemos garantir que a Amazônia continue sendo um bioma vivo e próspero, salvaguardando a estabilidade climática e os direitos de seus povos para as gerações futuras.

## Recomendações da Investigação Parlamentar Global

À luz das conclusões apresentadas neste capítulo, a Investigação recomenda:

1. **Moratória imediata à expansão da indústria de mineração e hidrocarbonetos** em áreas intactas do bioma amazônico, dando prioridade aos territórios indígenas e às áreas de povos em isolamento voluntário.
2. **O reconhecimento dos territórios indígenas e suas estruturas de governança** como elementos centrais para a proteção da Amazônia, incluindo a titulação legal, a demarcação e o apoio financeiro garantido para os “planos de vida” autodeterminados.

3. **A transição para uma sócio-bioeconomia** por meio da ampliação do financiamento direto e de políticas públicas que fortaleçam a produção baseada na biodiversidade, melhorem o acesso ao mercado e garantam uma distribuição equitativa dos benefícios.
4. **Desenvolvimento de um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis (FF-NPT)** que reconheça a Amazônia como um bem comum planetário, com compromissos vinculativos para eliminar gradualmente a produção de combustíveis fósseis e financiar transições justas.
5. **Implantação de mecanismos financeiros inovadores, como os LIDs**, incluindo o resgate climático e o uso específico de direitos especiais de giro, para incentivar de forma que os combustíveis fósseis permaneçam no subsolo sem agravar a dívida soberana.
6. **Transição de grandes barragens hidrelétricas para sistemas de energia renovável descentralizados** adaptados às realidades amazônicas, que garantam a soberania energética das comunidades indígenas e locais.
7. **Retirada dos blocos petrolíferos que continuam em oferta na Amazônia colombiana**, acompanhada de transições fiscais e energéticas justas, para demonstrar a liderança regional e a responsabilidade climática global.
8. **Reforma das normas internacionais de finanças e comércio para eliminar a dependência estrutural da dívida**, dar prioridade aos subsídios sobre os empréstimos no financiamento climático e reconhecer a dívida ecológica que o Norte Global tem com a Amazônia.
9. **Estabelecer um mecanismo de supervisão** parlamentar para monitorar a aplicação dessas recomendações, garantindo a prestação de contas, a transparência e a participação das comunidades indígenas e locais.

Primera audiencia pública. Cali, Colombia 2024



Crédito: Amazon Watch

# DECLARAÇÃO PARLAMENTAR SOBRE A SUSPENSÃO DA EXPANSÃO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA AMAZÔNIA



Crédito: Ministerio de Ambiente de Colombia

## Preâmbulo

Nós, Parlamentares por um Futuro Livre de Combustíveis Fósseis, **expressamos nossa profunda preocupação** com a contínua expansão da fronteira petrolífera e gasífera na Amazônia. As evidências da destruição ecológica, da erosão cultural, da injustiça social e da insustentabilidade financeira são esmagadoras.

No contexto de uma **emergência climática global**, deter a expansão dos hidrocarbonetos na Amazônia é a **responsabilidade mínima dos oito governos amazônicos**.

Reconhecendo que a Amazônia é um **ecossistema planetário vital**, que regula os ciclos hidrológicos, climáticos e atmosféricos em todo o mundo, a Pesquisa emite as seguintes recomendações para governos, parlamentos, atores financeiros e a comunidade internacional. Em conjunto, essas ações podem tornar a Amazônia a **primeira região do mundo livre da expansão dos combustíveis fósseis**.

## 1. Deter a expansão da indústria

### Para os governos amazônicos:

- Arquivar os blocos petrolíferos que ainda não foram adjudicados.
- Eliminar os subsídios diretos e indiretos às empresas que exploram petróleo e gás na Amazônia.
- Proibir projetos de hidrocarbonetos em territórios indígenas, afrodescendentes e de comunidades locais **sem o consentimento livre, prévio e informado (CLPI)**, de acordo com as normas internacionais.
- Enquadrar as políticas nacionais de eliminação gradual no imperativo global de manter vivos os objetivos do Acordo de Paris, aumentando os riscos de investimento em projetos de petróleo e gás na Amazônia.

### Para os parlamentos:

- Promover a cooperação interparlamentar entre os legisladores amazônicos e seus homólogos do G7, China e outros países para frear o apoio estatal à expansão dos hidrocarbonetos no bioma.

### Para as instituições financeiras:

- Excluir 100% do bioma amazônico do financiamento, investimento, seguros e resseguros relacionados a projetos de combustíveis fósseis.

### Sobre a dívida soberana:

- Os governos devem buscar mecanismos coordenados de alívio e reestruturação da dívida para reduzir as pressões extrativistas.
- Definir a Amazônia como uma “zona de prioridade global” na qual se exclui o financiamento de projetos extrativistas.

## 2. Fortalecer a supervisão e a prestação de contas

### Para legisladores e governos:

- Garantir o cumprimento das obrigações constitucionais e internacionais em matéria de prevenção, reparação, justiça e não repetição para as comunidades afetadas.
- Integrar as evidências científicas e as conclusões sobre direitos humanos nas negociações multilaterais e bilaterais.
- Promulgar leis sobre a devida diligência e a responsabilidade corporativa para prevenir abusos nas cadeias de abastecimento globais.
- Estabelecer órgãos de supervisão independentes com autoridade para investigar e punir violações dos direitos humanos e do meio ambiente.
- Exigir que as empresas garantam informações transparentes e acessíveis às comunidades antes de qualquer operação.

### Para os parceiros internacionais (América do Norte, Europa, China):

- Adotar leis que proíbam mecanismos de financiamento que permitam a extração de hidrocarbonetos na Amazônia.
- Fortalecer os marcos normativos para garantir a transparência, a devida diligência e a prestação de contas nos fluxos financeiros relacionados ao petróleo e ao gás da Amazônia.

### Para as legislaturas amazônicas:

- Exigir que as empresas petrolíferas e de gás, tanto estatais como privadas, assumam toda a responsabilidade pela remediação e reabilitação ambiental, sem recorrer a fundos públicos.

## 3. Viabilizar uma saída planejada e justa

### Para os governos:

- Desenvolver uma estratégia regional coordenada dentro da OTCA, com prazos claros, requisitos financeiros e um roteiro para a eliminação gradual da exploração de combustíveis fósseis.
- Promulgar políticas públicas que fortaleçam a governança, a autonomia e as economias indígenas, garantindo o consentimento livre, prévio e informado e o direito de rejeitar projetos extrativistas.
- Harmonizar as políticas de conservação e econômicas em territórios não indígenas com os sistemas indígenas de uso e governança territorial.
- Promover **modelos sócio-bioeconômicos** que mantenham a conectividade ecológica e os sistemas de conhecimento indígenas, com o apoio dos orçamentos nacionais e dos planos de desenvolvimento.
- Iniciar uma transformação fiscal e econômica nos territórios produtores de petróleo para reduzir a dependência das receitas extrativistas.

### Em matéria de energia:

- Promover energias renováveis não convencionais (por exemplo, solar, hidrocinética, biomassa) adaptadas aos ecossistemas e comunidades amazônicas.
- Impulsionar a eletrificação no setor de transportes, inclusive na Amazônia, para reduzir a demanda por combustíveis.
- Interromper novos projetos hidrelétricos, dados seus comprovados danos ecológicos e sociais, e dar prioridade a alternativas descentralizadas e de baixo impacto.

## 4. Fortalecer a cooperação internacional

### Para a comunidade internacional:

- Reconhecer e priorizar a Amazônia como **zona global de não expansão** da exploração de combustíveis fósseis, dado seu papel planetário.
- Apoiar as negociações para um **Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis**, garantindo que a Amazônia esteja no centro dos compromissos globais.
- Colaborar com os governos dos países amazônicos para redefinir os mecanismos de dívida e financiamento que evitem a dependência extrativista e salvaguardem o bioma.
- Promover o cancelamento da dívida para:
  1. Liberar a capacidade fiscal para a proteção da Amazônia.
  2. Prevenir a dependência das indústrias extrativistas para o pagamento da dívida.
- Apoiar os governos amazônicos a se unirem à **Plataforma de Incentivos Financeiros para deixar os combustíveis fósseis no subsolo (LID)**, liberando recursos para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, ampliar as energias renováveis e gerar receitas públicas sustentáveis.



PARLIAMENTARIANS FOR  
A FOSSIL-FREE FUTURE